Barcas S.A. - Transportes Marítimos

CNPJ 33.644.865/0001-40

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos acionistas: Senhores acionistas, apresentamos a seguir o relatório das principais atividades do exercício de 2017, acompanhadas das Demonstrações Financeiras Barcas S.A. (CCR Barcas), referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. **1.2 Apresentação:** A CCR Barcas, é a única concessionária de serviços públicos dedicada à operação de transporte de massa no modal aquaviário, com direito de atuação no Estado do Rio de Janeiro. No ano de 2017 a CCR Barcas navegou cerca de 455 mil quilômetros, através de aproximadamente 60 mil viagens. A concessionária tem 19 embarcações e opera 6 linhas nas estações Praça XV, Araribóia, Cocotá, Paquetá e Charitas, além dos 3 pontos de atracação da Divisão Sul que fazem parte da operação nas linhas que servem à Ilha Grande (Abraão), Mangaratiba e Angra dos Reis. **1.3 Destaques do Ano de 2017:** Durante o ano de 2017, a CCR Barcas auferiu uma economia de aproximadamente R$ 10 milhões, em virtude de medidas implementadas em 1º de novembro de 2016, as quais possibilitaram a readequação da operação nas linhas em horários em que havia grande oferta de lugares e baixa demanda de passageiros. Outra importante iniciativa desenvolvida pela Concessionária foi a obra de reforma do Cais Turístico da Vila do Abraão, investimento que vai dar ainda mais dinamicidade e segurança à operação das linhas Mangaratiba-Ilha Grande e Angra dos Reis-Ilha Grande.

2. Estratégia e Gestão

2.1 Gestão de Pessoas: A política de gestão de pessoas da CCR Barcas está voltada na valorização do capital humano e crença da capacidade criativa, realizadora e transformadora das pessoas, propiciando por meio do clima organizacional, qualificações e oportunidade, o caminho para o desenvolvimento profissional e pessoal de aproximadamente 815 colaboradores diretos. Neste ano a concessionária investiu em programa de capacitação técnica e desenvolvimento do seu grupo de colaboradores.

3. Desempenho Econômico e Financeiro

As tarifas aquaviárias cobradas pela CCR Barcas são definidas pela agência reguladora, AGETRANSP, de acordo com as regras definidas no contrato de concessão. Em fevereiro de 2017, tivemos os reajustes das tarifas aquaviárias. A tarifa aquaviária social foi reajustada de R$ 5,60 para R$ 5,90. Já a tarifa aquaviária seletiva, adotada exclusivamente na linha de Charitas, passou de R$ 15,40 para R$ 16,50. A Tarifa turística, que é adotada exclusivamente nas linhas da Divisão Sul, passou de R$ 15,00 para R$ 16,60.

4. Sustentabilidade

4.1 Capital Social e de relacionamento: A CCR Barcas promove ações sociais junto às comunidades dos municípios que atende. Dentre os projetos, estão: Campanha do Agasalho, Dia Mundial da Água, Campanha do Voluntariado e Natal solidário, dentre outras.

5. Considerações Finais

5.1 Agradecimentos: A Administração da CCR Barcas agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, em especial a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transporte Aquaviário, Ferroviário e Metroviário e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (AGETRANSP), a Secretaria Estadual de Transportes (SETRANS), aos usuários, instituições financeiras, colaboradores e parceiros, pelo apoio, confiança e comprometimento que contribuíram para os resultados alcançados pela Concessionária em 2017. **5.2 Auditores Independentes:** A Companhia informa que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não foram contratados Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. **5.3 Cláusula Compromissória:** "O Grupo CCR está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social".

Rio de Janeiro, 09 de março de 2018.

A Administração

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2017	2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.633	4.886
Contas a receber	7	4.716	4.116
Contas a receber - partes relacionadas	11	9.079	2.103
Tributos a recuperar		297	885
Estoques		4.580	4.693
Despesas antecipadas e outras	9	3.483	4.615
Total do ativo circulante		28.788	21.298
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo financeiro	7	48.598	42.895
Contas a receber - partes relacionadas	11	-	5.692
Tributos diferidos	8b	51.890	51.890
Tributos a recuperar		1.048	703
Depósitos judiciais		6.177	6.174
Despesas antecipadas e outras	9	4.611	5.902
		112.324	113.256
Imobilizado	12	17.511	20.350
Intangível	13	122.248	144.668
Total do ativo não circulante		252.083	278.274
Total do ativo		280.871	299.572

	Nota	2017	2016
Passivo			
Circulante			
Notas promissórias	14	-	197.372
Fornecedores		7.082	7.646
Fornecedores - partes relacionadas	11	17.050	7.763
Mútuos - partes relacionadas	11	38.559	20.278
Impostos e contribuições a recolher		1.531	554
Obrigações sociais e trabalhistas		11.066	12.570
Impostos e contribuições parcelados		172	1.443
Obrigações com o poder concedente		72	26
Outras contas a pagar		8.002	3.367
Total do passivo circulante		83.534	251.019
Não Circulante			
Impostos e contribuições parcelados		1.016	1.123
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	15	43.269	35.559
Provisão para passivo a descoberto	10	14.335	11.992
Mútuos - partes relacionadas	11	9.046	-
AFAC - partes relacionadas	11	214.000	-
Outras contas a pagar		515	472
Total do passivo não circulante		282.181	49.146
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)			
Capital social	16	441.236	441.236
Prejuizos acumulados		(526.080)	(441.829)
		(84.844)	(593)
Total do passivo e patrimônio liquido (Passivo a descoberto)		280.871	299.572

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	17	122.062	148.791
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(1)	(474)
Depreciação e amortização	12 e 13	(24.985)	(25.147)
Serviços		(8.447)	(7.145)
Custo com pessoal		(69.734)	(74.591)
Materiais, equipamentos e veículos		(32.735)	(28.166)
Energia elétrica		(3.196)	(3.146)
Água		(2.838)	(1.782)
Seguros		(2.217)	(3.335)
Alugueis e condominios		(3.795)	(1.249)
Outros		(4.205)	(9.070)
		(152.153)	(154.105)
Prejuízo bruto		(30.091)	(5.314)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesa com pessoal		(9.346)	(9.249)
Serviços		(13.689)	(13.888)
Materiais, equipamentos e veículos		(599)	(599)
Depreciação e amortização	12 e 13	(99)	(104)
Constituição da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	15	(7.805)	(1.853)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(421)	(2.512)
Outros		(2.828)	(2.120)
		(34.787)	(30.325)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(2.343)	(9.165)
Outros resultados operacionais		(976)	(237)
Resultado antes do resultado financeiro		(68.197)	(45.041)
Resultado financeiro	18	(16.054)	(27.421)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(84.251)	(72.462)
Prejuízo do exercício		(84.251)	(72.462)
Prejuízo por ação - (em reais - R$)	16b	(0,0010)	(0,0009)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 *(Em milhares de Reais)*

	2017	2016
Prejuízo do exercício	(84.251)	(72.462)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(84.251)	(72.462)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social			
	Subscrito	A integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2016	441.236	(16.000)	(369.367)	55.869
Integralização de capital em 1º de abril de 2016	-	16.000	-	16.000
Prejuízo do exercício	-	-	(72.462)	(72.462)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	441.236	-	(441.829)	(593)
Prejuízo do exercício	-	-	(84.251)	(84.251)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	441.236	-	(526.080)	(84.844)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 *(Em milhares de Reais)*

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(84.251)	(72.462)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	25.084	25.251
Baixa do ativo imobilizado e intangivel	1.232	5
Juros e variações monetárias sobre notas promissórias	16.260	34.828
Juros sobre impostos parcelados	71	105
Juros e variações monetária sobre mútuo com partes relacionadas	3.287	488
Juros e multa com partes relacionadas	2.014	391
Capitalização de custo de emprétimos	(842)	(2.315)
Ajuste a valor presente ativo financeiro	(5.703)	(4.960)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(2.222)
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	10.023	4.025
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	473	-
Equivalência patrimonial	2.343	9.165
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(600)	(741)
Contas a receber - partes relacionadas	(1.284)	2.000
Tributos a recuperar	243	196
Estoques	113	(210)
Despesas antecipadas e outras	2.423	413
Depósitos judiciais	(3)	(1.597)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(1.037)	(208)
Fornecedores - partes relacionadas	7.273	4.726
Impostos e contribuições a recolher e parcelados	(472)	(4.863)
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.504)	(604)
Obrigações com o poder concedente	46	(24)
Pagamento de provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(2.313)	(2.172)
Outras contas a pagar	4.678	141
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(22.446)	(10.644)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(211)	(245)
Adições ao ativo intangível	(4)	(329)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(215)	(574)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	16.000
Mútuos com partes relacionadas		
Captações	24.040	19.900
AFAC - partes relacionadas		
Captações	214.000	-
Notas promissórias		
Captações	-	378.564
Pagamentos de principal	(191.000)	(382.000)
Pagamento de juros	(22.632)	(31.514)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	24.408	950
Aumento/redução do caixa e equivalentes de caixa	1.747	(10.268)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	4.886	15.154
No final do exercicio	6.633	4.886
	1.747	(10.268)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

a. Constituição e objeto: Barcas S.A. - Transportes Marítimos é uma Sociedade Anônima de capital fechado, que tem por objetivo a navegação de cabotagem e travessia marítima no Estado do Rio de Janeiro, transportando passageiros e bens nas rotas concedidas, sendo-lhe facultada ainda a participação em outras sociedades para a consecução da realização de seus objetivos. A operação e controle do transporte hidroviário foram concedidos por meio de licitação pública, em 1998, pela Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro e é a única concessionária de serviços públicos dedicada à operação de transporte de massa no modal aquaviário, com direito de atuação no Estado do Rio de Janeiro. O contrato de concessão tem prazo de 25 anos, indo até fevereiro de 2023. A Barcas detém 99,99% do capital da ATP, empresa cujo principal objeto social é a administração de receitas acessórias de Barcas. **b. Outras informações relevantes: i.** Ação Civil Pública nº 0000838-96.2004.8.19.0001 (antigo nº 2004.001.000961-5), proposta pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em 19 de janeiro de 2004, em face do Estado do Rio de Janeiro e da Barcas S/A, em trâmite na 4ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro requerendo a rescisão do contrato de concessão firmado entre o Estado do Rio de Janeiro e a Concessionária e a realização de novo procedimento licitatório. Em 15 de outubro de 2015, foi prolatada sentença julgando improcedente a ação. Em 09 de maio de 2017, o TJRJ deu provimento ao recurso de apelação do MP para decretar a anulação do Contrato de Concessão. Barcas e o Estado do Rio de Janeiro opuseram embargos de declaração contra o acórdão da apelação, que foram providos parcialmente, em 28 de julho de 2017, para sanar a omissão e afastar a prescrição alegada pelas partes. Em 04 de agosto de 2017, Barcas opôs novos embargos de declaração que foram rejeitados. Em 24 de janeiro de 2018, Barcas apresentou recursos aos tribunais superiores, que aguardam juízo de admissibilidade. **ii.** Ação Civil Pública movida pela Associação Brasileira de Consumidor e Trabalhador (Abrecont) nº 0082365-89.2012.8.19.0001, ajuizada em 15 de março de 2012, visando a suspensão da cobrança do acréscimo de tarifa no trecho Praça XV - Araribóia - Praça XV, decorrente do reequilíbrio do contrato de concessão, conforme Decreto 43.441 de 30 de abril de 2012, retornando ao valor anterior ou, alternativamente, que a tarifa seja reajustada em 6%, índice aplicado ao salário mínimo vigente no país. O pedido de liminar foi indeferido. A autora interpôs agravo de instrumento que teve provimento negado. Em abril de 2016 foi proferida sentença de extinção do processo sem resolução do mérito. A Abrecont e o Ministério Público apresentaram recursos de apelação, que aguardam julgamento pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. **iii.** Ação Popular nº 0120322-27.2012.8.19.0001, ajuizada por Fernando Otávio de Freitas Peregrino em 28 de março de 2012, em face do Estado do Rio de Janeiro, CCR, CPC, Barcas S/A e outros, requerendo: a) a declaração de nulidade do reajuste da tarifa ocorrido em 2012; b) a declaração de nulidade da redução da base de cálculo do ICMS; c) declaração de caducidade do contrato de concessão pela transferência do controle acionário da Concessionária e abertura de nova licitação; d) o deferimento de antecipação de tutela para que a tarifa cobrada seja aquela anterior ao reajuste. O pedido de liminar foi indeferido. Em 10 de dezembro de 2012, as rés Barcas, CCR e CPC apresentaram suas contestações. Em 14 de julho de 2015, foi prolatada sentença de procedência parcial dos pedidos para (i) declarar nulos os decretos estaduais 43.441/2012 e 42.897/2012, mantidos os reajustes para reposições inflacionárias verificadas entre o aumento anterior e o ora impugnado, retornando-se à alíquota do ICMS anteriormente praticada; (ii) declarar nulos os atos de ressarcimento das gratuidades já previstas na data de celebração do contrato, quais sejam, maiores de 65 anos, detentores de passe especial, portadores de doenças crônicas que exijam tratamento continuado, sem interrupção sob risco de morte, deficientes com dificuldade de locomoção e acompanhantes; e (iii) condenar a Barcas a ressarcir aos cofres do ERJ os valores que deixaram de ser recolhidos em razão da redução ilegal da alíquota do ICMS, bem como o montante recebido a título de custeio das gratuidades supra indicadas, que já eram previstas à época da celebração do contrato, tudo a ser apurado em liquidação de sentença por arbitramento. Contra a sentença foram opostos embargos de declaração pela Barcas, os quais foram parcialmente acolhidos para excluir da sentença a declaração de nulidade do Decreto 42.897 e a consequente condenação da Barcas de ressarcir ao Estado do Rio de Janeiro os valores de ICMS relativos ao referido Decreto, por ter sido tal pleito excluído dos pedidos inicialmente deduzidos. As rés Barcas, CCR e CPC interpuseram recursos de apelação, que aguardam julgamento. Em 29 de novembro de 2017, o Tribunal suspendeu o julgamento do mérito do processo, em razão da possibilidade de formalização de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o MP e o Estado do Rio de Janeiro. **iv.** Ação de Rescisão de Contrato de Concessão (com pedido de concessão de tutela de urgência), processo 0431063-14.2016.8.19.0001, ajuizada pela Barcas pretende ver declarada a rescisão do Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transporte Aquaviário de Passageiros, Cargas e Veículos no Estado do Rio de Janeiro firmado originariamente entre a Barcas e o Estado do Rio de Janeiro em 12 de fevereiro de1998 e cujo objeto consiste na exploração, por 25 (vinte e cinco) anos, do serviço público de transporte aquaviário de passageiros e veículos. A pretensão de Barcas está baseada no artigo 39 da Lei nº 8.987/1995 e na cláusula 34 do Contrato de Concessão e decorre do descumprimento contratual reiterado pelo Estado do Rio de Janeiro, em especial de sua cláusula 21, inciso VII, disposição contratual essa que estabelece muito claramente a obrigação do Estado do Rio de Janeiro de manter íntegro o equilíbrio da equação econômico-financeira contratual. Em 10 de janeiro de 2017, foi indeferido o pedido de tutela antecipada formulado pela Barcas, bem como o pedido de audiência de conciliação com fulcro no art. 334 do CPC. Da decisão que indeferiu as tutelas de urgência e evidências pleiteadas, foi interposto agravo de instrumento, que, reformou parcialmente a decisão agravada para que fosse designada audiência de conciliação. Na audiência, de 07 de junho de 2017, não houve acordo entre as partes. O processo encontra-se em fase de instrução. Os acionistas e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis ao contrato de concessão e mantêm a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos. Não ocorreram efeitos contábeis decorrentes da ação acima, tendo em vista os seguintes fatos e circunstâncias: **i)** a Barcas possui direito de ser reequilibrada em R$ 154.945 a valores históricos, R$ 247.708 atualizados até janeiro de 2017, já reconhecido como dívida pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, em decisão publicada em 14 de março de 2016, no Diário Oficial de Oficial do Estado, resultante do desequilíbrio na equação econômico-financeira referente ao quinquênio de fevereiro de 2008 a fevereiro de 2013, conforme apurado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (AGETRANSP); **ii)** a Barcas também possui outros desequilíbrios econômico-financeiros, a exemplo de investimentos adicionais realizados e já reconhecidos, afretamento de embarcações adicionais, tarifas não reajustadas integralmente, conforme previsão do contrato de concessão, entre outros; **iii)** a Lei 8.987/95 garante que em havendo alteração unilateral do contrato de concessão, que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração. Também garante que, dentre os encargos do Poder Concedente, é incumbência deste, homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma desta Lei, das normas pertinentes e do contrato. Além disso, no advento do termo contratual far-se-á com pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados; e **iv)** existem várias formas de reequilibrar o contrato de concessão que podem ser praticadas, individualmente ou combinadas, a exemplo de aumento de tarifa, redução de custos contratuais, pagamento em dinheiro pelo Poder Concedente, alterações operacionais com vistas à otimização dos serviços, bem com extensão do prazo de concessão.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. ***a) Receitas de serviços***: As receitas de transporte aquaviário são reconhecidas quando da utilização das barcas pelos usuários. As receitas acessórias são reconhecidas quanto da prestação de serviços. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. ***b) Instrumentos financeiros:*** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. • Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. • Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. • Capital social - ações ordinárias: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações foram reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. ***c) Caixa e equivalentes de caixa:*** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. ***d) Ativo imobilizado:*** • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável *(impairment)* acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 12. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. ***e) Ativos intangíveis:*** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados: São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o tempo esperado de geração de benefício econômico estimado. • Direito de exploração de infraestrutura – vide item "k": ***f) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):*** • Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, conside-

continua

rando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. ***g) Provisões:*** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. ***h) Receitas e despesas financeiras:*** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias ou cambiais positivas sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. ***i) Benefícios a empregados:*** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. ***j) Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração. ***k) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1):*** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva estimada de passageiros como base para a amortização. ***l) Novas Normas e Interpretações ainda não efetivos:*** A Companhia é obrigada a adotar o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada destas normas. Até o momento não se identificou impactos que possam afetar as reservas ou lucros acumulados, mas possivelmente ocorrerão impactos em termos de novas divulgações e formas de apresentação, que estão em fase de maior detalhamento. A avaliação do impacto estimado da adoção dessas normas sobre o patrimônio da Companhia em 1º de janeiro de 2018, baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018, podem ser diferentes, pois as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo apresentadas pela Companhia de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas por enquadrar-se no item 4A desse Pronunciamento. Além disso, sua controladora indireta CCR S.A. já apresenta demonstrações consolidadas. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 09 de março de 2018, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras da Companhia.

Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. ***Uso de estimativas e julgamentos:*** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota:

2k Classificação de obras e melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC01 (R1)
8b Impostos diferidos
12 Depreciação do ativo imobilizado
13 Amortização dos ativos intangíveis
15 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários
19 Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Investimentos em títulos financeiros: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir, estão apresentados as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber que potencialmente sujeitam à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxa de juros flutuantes, relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos as notas promissórias e mútuos em reais. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 11 e 14. As tarifas são reajustadas por índices de inflação. **c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	15.084	515	-	-	-
Obrigações com o poder concedente	72	-	-	-	-
Mútuos - partes relacionadas	38.559	9.046	-	-	-
AFAC - partes relacionadas	-	214.000	-	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	17.050	-	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R$ 54.746, substancialmente composto por Fornecedores - partes relacionadas e mútuo com partes relacionadas. Além da geração de caixa decorrente das atividades da Companhia e de aporte de seus acionistas, a Barcas está permanentemente reestruturando suas dívidas.

6. Caixa e equivalentes de caixa:	2017	2016
Caixa e bancos	981	1.209
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	5.652	3.677
	6.633	4.886

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,32% do CDI, equivalente a 9,83% ao ano (13,78% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2016).

7. Contas a receber:	2017	2016
Circulante		
Receitas aquaviárias (a)	4.716	4.116
	4.716	4.116
Não circulante		
Ativo financeiro (b)	48.598	42.895
	48.598	42.895

(a) Créditos a receber decorrentes de serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas aquaviárias, utilizados por intermédio do cartão RioCard; e (b) Refere-se ao direito contratual de receber caixa junto ao Poder Concedente em troca de melhorias na infraestrutura, no momento da reversão de bens, ao término do contrato de concessão. O quadro a seguir demonstra o direito de receber caixa do Poder Concedente:

	2017			
	Saldo Inicial	Ajuste a Valor Presente	Adições	Saldo Final
Ativo Financeiro	42.895	5.703	-	48.598

Idade de Vencimentos dos Títulos	2017	2016
Créditos a vencer	53.314	47.011

8. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2017	2016
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(84.251)	(72.462)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	28.645	24.637
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Imposto diferido excedente ao limite de compensação	(25.696)	(19.025)
Equivalência patrimonial	(797)	(3.116)
Despesas indedutíveis	(1.985)	(2.368)
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(58)	(95)
Outros ajustes tributários	(109)	(33)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-
Aliquota efetiva de impostos	0,00%	0,00%

b. Impostos diferidos: O montante de R$ 51.891 em 31 de dezembro de 2017 e 2016 refere-se ao imposto diferido constituído sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, constituído no limite de compensação esperada pela Companhia. A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

	2017
2018	21.615
2019	27.070
2020	3.206
	51.891

9. Despesas antecipadas e outras contas a receber	2017	2016
Circulante		
Seguros	1.724	2.114
Adiantamentos de pesssoal	825	1.927
Adiantamentos a fornecedores	853	451
Afretamentos - Embarcações	-	118
Outros	81	5
	3.483	4.615
Não Circulante		
Precatórios a receber (a)	3.524	3.524
Contas a receber - SEFAZ	-	1.298
Outros	1.087	1.080
	4.611	5.902

(a) Refere-se a crédito de precatórios adquiridos, em 2011 os quais estão em processo de negociação de recebimento junto aos vendedores dos mesmos.

14. Notas promissórias

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2017	Vencimento final	2017	2016
8ª Emissão - Série Única	129% do CDI	1,6093% (a)	2.273	-	Julho de 2017	-	197.372 (b)
Total geral				-		-	197.372
Circulante							
Notas Promissórias						-	198.891
Custos de transação						-	(1.519)
						-	197.372

10. Provisão para passivo a descoberto: a) Composição do passivo a descoberto

	Participação	Passivo a descoberto		Provisão para passivo a descoberto		Resultado líquido do exercício da investida		Resultado de equivalência patrimonial	
		2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
ATP	99,995%	(14.335)	(11.992)	(14.335)	(11.992)	(2.343)	(9.165)	(2.343)	(9.165)

b) Movimentação do passivo a descoberto

	2016	2017	
	Saldo	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo Final
ATP	(11.992)	(2.343)	(14.335)

c) Demonstrações financeiras da investida

	2017			2016		
	Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas líquidas do exercício	Prejuízo do exercício	Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas líquidas do exercício	Prejuízo do exercício
ATP	4.905	(19.241)	7.009	(2.343)	4.844	(16.837)	5.601	(9.165)

11. Partes Relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2017 e 2016, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações				
	Serviços prestados		Custos	Receitas	Despesas financeiras	
Controladora						
CCR	3.512	(a)	-	-	563	(a)
Outras partes relacionadas						
CPC	2.754	(b)	-	-	4.266	(b) (e)
ATP	-		-	2.742	(c)	-	
MTH Houdster en Maritiem Trans	-		-	-	80	(d)
RIOPAR Participações S.A.	-		-	-	170	(e)
JCA Holding Participações Ltda.	-		-	-	222	(e)
Total, 31 de Dezembro de 2017	6.266		-	2.742	5.301	
Total, 31 de Dezembro de 2016	6.574		5.904	2.421	879	

	2017				
	Saldos				
	Ativo	Passivo			
	Contas a receber	Mútuos		AFAC		Fornecedores Contas a Pagar	
Controladora						
CCR	-	-		-		6.579	(a)
Outras partes relacionadas						
CPC	-	44.263	(e)	171.200	(g)	5.789	(b)
ViaLagos	2	(f)	-		-		-
ATP	9.077	(c)	-		-		-
MTH Houdster en Maritiem Trans.	-		-		-		4.682	(d)
RIOPAR Participações S.A.	-		1.449	(e)	21.400	(g)		-
JCA Holding Participações Ltda.	-		1.893	(e)	21.400	(g)		-
Total circulante, 31 de Dezembro de 2017	9.079		38.559		-		17.050	
Total não circulante, 31 de Dezembro de 2017	-		9.046		214.000		-	
Total, 31 de Dezembro de 2017	9.079		47.605		214.000		17.050	
Total, 31 de Dezembro de 2016	7.795		20.278		-		7.763	

Despesas com profissionais-chaves da administração:

	2017	2016
Remuneração (h):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	794	801
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	289	540
(Reversão)/Complemento de provisão de PPR pago no ano	(57)	(159)
Previdência privada	43	41
Seguro de vida	2	2
	1.071	1.225

Saldos a pagar aos profissionais-chave da administração:

	2017	2016
Remuneração dos administradores (h)	368	619

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 10 de abril de 2017, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia no montante de R$ 1.400. A remuneração anual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social. (a) Contrato de prestação de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; (b) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; (c) Receita de sub-rogação de contratos de receitas acessórias à ATP; (d) Refere-se a aluguéis de embarcações; (e) Contrato de mútuo firmado em 4 de outubro de 2016, entre a Barcas e suas acionistas, remunerado a 127,9% do CDI, e com vencimento em 03 de dezembro de 2016. Na data do vencimento, o prazo foi prorrogado para 07 de abril de 2017, data em que foi novamente prorrogado para 31 de janeiro de 2018; (f) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativos à transferência de colaboradores; (g) Adiantamentos para futuro aumento de capital; e (h) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

12. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2016	2017			
	Saldo inicial	Adições	Baixa	Transferências	Saldo final
Móveis e utensílios	1.280	-	(77)	2	1.205
Máquinas e equipamentos	15.840	-	(466)	56	15.430
Veículos	408	-	-	-	408
Equipamentos operacionais	4.269	-	-	-	4.269
Imobilizado em andamento	6.484	493	(9)	(58)	6.910
	28.281	493	(552)	-	28.222

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R$ 282 em 2017 (R$ 782 em 2016). A taxa média de capitalização em 2017 foi de 1,23% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 17,16% a.a. em 2016. **Movimentação da depreciação**

		2016	2017		
	Taxa média anual de depreciação	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(509)	(132)	40	(601)
Máquinas e equipamentos	13	(5.925)	(2.292)	309	(7.908)
Veículos	25	(281)	(214)	-	(495)
Equipamentos operacionais	11	(1.216)	(491)	-	(1.707)
		(7.931)	(3.129)	349	(10.711)

13. Intangível: Movimentação do custo

	2016	2017		
	Saldo inicial	Adições	Baixa	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	317.044	564	(2.342)	315.266
Direitos de uso de sistemas informatizados	8.251	-	-	8.251
	325.295	564	(2.342)	323.517

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R$ 560 em 2017 (R$ 1.533 em 2016). A taxa média de capitalização em 2017 foi de 1,23% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 17,16% a.a. em 2016.

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	2016	2017		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(174.546)	(21.038)	1.313	(194.271)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(6.081)	(917)	-	(6.998)
		(180.627)	(21.955)	1.313	(201.269)

(*) Amortização linear pelo prazo da concessão.

continua

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. **Garantia:** (b) Aval/fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta. A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas ao contrato de notas promissórias. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. Em 03 de outubro de 2016, foi realizada a 8ª emissão de notas promissórias no valor total de R$ 191.000, em série única, com remuneração de 129% do CDI. Os juros e principal serão liquidados em 03 de julho de 2017. Conta com garantia proporcional dos acionistas, podendo ser resgatadas antecipadamente a qualquer momento sem pagamento de prêmio. As cláusulas de vencimento antecipado não apresentam *covenants* financeiros e fazem referência apenas à emissora. Entre as principais temos: • Não pagamento pela emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, caso a emissora esteja inadimplente nos pagamentos de principal e/ou juros nos termos das Notas Comerciais, ressalvado, entretanto o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios; • Ocorrência de qualquer alteração na composição societária da emissora que venha a resultar na alienação do controle acionário desta a terceiros, sem prévia e expressa aprovação dos titulares das notas comerciais. Em 03 de julho de 2017, ocorreu a quitação da 8ª emissão de notas promissórias.

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis, tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2016	2017				
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização Monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e tributárias	1.425	4.388	-	(310)	157	5.660
Trabalhistas	34.134	1.664	(923)	(1.235)	3.969	37.609
Total	35.559	6.052	(923)	(1.545)	4.126	43.269

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, na esfera cível no montante de R$ 305 e na esfera trabalhista no montante de R$ 463 (em 2016 R$ 536 na esfera cível e R$ 764 na esfera trabalhista). A Companhia possui outros riscos passivos relativos a questões cíveis, tributárias e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados a seguir, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tem em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2017	2016
Cíveis e tributárias	95	198
Trabalhistas	1.056	617
	1.151	815

16. Patrimônio líquido: a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 441.236, composto por 83.186 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

	2017		2016	
	Participação acionária	Quantidade de ações	Participação acionária	Quantidade de ações
Companhia de Participações em Concessões	80,00%	66.549	80,00%	66.549
SPTA Holdings em Transporte Aquaviário Ltda.	20,00%	16.637	20,00%	16.637
	100,00%	83.186	100,00%	83.186

b) Resultado por ação: Segue abaixo o cálculo do resultado por ação básico:

	2017	2016
Numerador		
Prejuízo do exercício	(84.251)	(72.462)
Denominador		
Média ponderada de ações (em milhares)	83.186.128	83.186.128
Prejuízo por ação ordinária	(0,0010)	(0,0009)

17. Receitas

	2017	2016
Receita de transporte aquaviário	120.886	146.797
Receitas administrativas	2.742	2.421
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	1	474
Receita bruta	123.629	149.692
Impostos sobre receitas	(1.210)	(907)
Devoluções e abatimentos	(357)	6
Deduções da receita bruta	(1.567)	(901)
Receita líquida	122.062	148.791

18. Resultado financeiro:

	2017	2016
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre notas promissórias	(16.260)	(34.828)
Capitalização de custos dos empréstimos	842	2.315
Juros e variações monetárias sobre mútuos	(5.301)	(879)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.085)	(530)
Juros sobre impostos parcelados	(71)	(105)
Variações Cambiais s/Fornecedores estrangeiros	(633)	(354)
	(22.508)	(34.381)
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicação financeira	455	967
Variações Cambiais s/Fornecedores estrangeiros	160	917
Juros e outras receitas financeiras	5.839	5.076
	6.454	6.960
Resultado financeiro	(16.054)	(27.421)

19. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de títulos de dívida e investimentos. A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados. Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2017			2016		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	5.652	-	-	3.677	-	-
Ativo financeiro	-	4.716	-	-	4.116	-
Contas a receber	-	48.598	-	-	42.895	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	9.079	-	-	7.795	-
Passivos						
Notas promissórias (a)	-	-	-	-	-	(197.372)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(15.599)	-	-	(11.485)
Obrigações com o poder concedente	-	-	(72)	-	-	(26)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(47.605)	-	-	(20.278)
AFAC - partes relacionadas	-	-	(214.000)	-	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(17.050)	-	-	(7.763)
Total	5.652	62.393	(294.326)	3.677	54.806	(236.924)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo que o valor justo poderia ser considerado como "semelhante" ao valor contábil, uma vez que o risco de crédito das contrapartes (instituições financeiras de primeira linha) e não produziriam diferenças significativas entre ambos. • **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores, outras contas a pagar e fornecedores - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. • **Notas promissórias** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2017		2016	
	Valor contábil (a)	Valor justo	Valor contábil (a)	Valor justo
Notas Promissórias	-	-	198.891	202.134

(a) Os valores brutos dos custos de transação.

Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	2017	2016
Aplicações financeiras	5.652	3.677

Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:**

			Efeito em R$ no resultado		
Operação	**Risco**	**Exposição em R$** (3)	**Cenário provável**	**Cenário A 25%**	**Cenário B 50%**
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (4)	5.652	387	483	580
Total do efeito de ganho ou (perda)			387	483	580
As taxas de juros consideradas foram (1):					
	CDI (2)		6,89%	8,61%	10,34%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo: No item (2) abaixo, esta detalhada a premissa para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Refere-se a taxa de 29/12/2017, divulgada pela B3/CETIP; (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2017, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (4) Saldo Líquido. O conceito aplicado para o Caixa é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto no caixa, há um aumento da receita financeira.

20. Demonstração dos fluxos de caixa:

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Reconciliação das Atividades de Financiamento

	Notas promissórias	Mútuos com partes relacionadas	AFAC - partes relacionadas	Capital social	Total
Saldo Inicial	(197.372)	(20.278)	-	(441.236)	(658.886)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Captações (líquidas dos custos de transação)	-	(24.040)	(214.000)	-	(238.040)
Pagamentos de principal e juros	213.632	-	-	-	213.632
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	213.632	(24.040)	(214.000)	-	(24.408)
Outras variações					
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(14.741)	(3.977)	-	-	(18.718)
Outras variações que não afetam caixa	(1.519)	690	-	-	(829)
Total das outras variações	(16.260)	(3.287)	-	-	(19.547)
Saldo Final	-	(47.605)	(214.000)	(441.236)	(702.841)

21. Evento subsequente: Em 24 de fevereiro de 2018, foram veiculadas matérias na imprensa noticiando que a CCR S.A., controladora da Companhia, e determinadas companhias integrantes do grupo CCR, foram citadas em depoimentos que teriam relatado a existência de pagamentos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. Em reunião do Conselho de Administração, foi deliberada a criação de um comitê Independente que, em conjunto com assessores jurídicos e com uma firma de auditoria independente de primeira linha, iniciará processo interno de investigação para a apuração dos fatos noticiados e eventuais fatos conexos que poderão ou não envolver outras empresas do Grupo. A conclusão do comitê independente será submetida ao Conselho de Administração, que deliberará quanto às medidas necessárias a serem tomadas.

Composição da Diretoria

Márcio Roberto de Morais Silva	Diretor Presidente
Francisco Pierrini	Diretor Operacional

Contador

Hélio Aurélio da Silva	CRC 1SP129452/O-3 "S" RJ

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Barcas S.A. Transportes Marítimos -** Rio de Janeiro - RJ

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Barcas S.A. Transportes Marítimos (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Barcas S.A. Transportes Marítimos em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Ação de rescisão do contrato de concessão - Chamamos a atenção para a nota explicativa n°1 (iv) às demonstrações financeiras, que descreve que em 14 de dezembro de 2016 a Companhia ajuizou Ação de Rescisão de Contrato de Concessão dos Serviços Públicos de Transporte Aquaviário de Passageiros, Cargas e Veículos no Estado do Rio de Janeiro, e se efetivada, os ativos e as operações da concessão serão devolvidos ao Poder concedente. A ação está consubstanciada no fato de que houve o descumprimento contratual por parte do Poder Concedente por não ter mantido o equilíbrio da equação econômico-financeira previsto contratualmente. O pedido de tutela antecipada foi indeferido em 10 de janeiro de 2017 e a ação de rescisão encontra-se em fase de recursos. De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia a expectativa é que o desfecho do mérito será favorável à Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação esse assunto.

Ênfase – Processo interno de investigação - Chamamos a atenção para a nota explicativa n°21 às demonstrações financeiras, que descreve que a CCR S.A., controladora da Companhia, e determinadas companhias integrantes do grupo CCR foram citadas em depoimentos que teriam relatado a existência de pagamentos decorrentes de contratos de patrocínio de eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. Conforme mencionado na referida nota, foi anunciada a criação de Comitê Independente que, em conjunto com assessores jurídicos e com uma firma de auditoria independente, iniciará um processo interno de investigação para apuração dos fatos noticiados. Devido ao estágio da investigação interna da Companhia, não é possível determinar se haverá potenciais efeitos sobre outras empresas do Grupo. Nossa opinião não está ressalvada em relação esse assunto.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes - As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório com opinião sem modificação em 3 de março de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 9 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes	**Wagner Bottino**
CRC 2SP014428/O-6	Contador CRC 1SP196907/O-7